



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

NOTAS CRITICAS ACERCA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

CRISMANDA MARIA FERREIRA¹

LUIZ HENRIQUE BRAÚNA LOPES DE SOUZA²

VERÔNICA MARIA FERREIRA³

RESUMO:

O presente artigo objetiva discutir as tensões teóricas e os desafios colocados ao Serviço Social brasileiro, particularizando a produção de conhecimento na área. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que aborda as teses acerca da produção teórica no Serviço Social. O estudo revela as interpretações dos desafios postos à profissão, expressando as disputas dentro da perspectiva hegemônica.

PALAVRAS-CHAVE: Conjuntura Brasileira. Produção do conhecimento. Serviço Social.

ABSTRACT:

This article aims to discuss the theoretical tensions and challenges posed to Brazilian Social Work about the production of knowledge in the area. This is a bibliographical research, which addresses the theses on theoretical production in Social Work. The study reveals the interpretations of the challenges posed to the profession, expressing the disputes inside the hegemonic perspective.

KEYWORDS: Brazilian situation. Knowledge Production. Social Work.

¹ Universidade Federal de Pernambuco

² Universidade Federal de Pernambuco

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1. INTRODUÇÃO

Nos áridos dias de austeridade de hoje, no Brasil e no mundo, as transformações operadas nas esferas da produção e realização do valor para garantir a acumulação capitalista, no contexto de mundialização do capital, rebatem diretamente nas condições de trabalho e vida da classe trabalhadora, acarretando dificuldades na sua organização política, além de ameaças permanentes e perdas efetivas dos seus direitos historicamente conquistados.

No Brasil, em particular, o contexto histórico recente tem colocado inúmeros desafios para a classe trabalhadora, a partir das tensões econômicas e políticas forjadas durante a crise e avivamento das disputas entre as forças sociais, à direita e à esquerda, que conformam o movimento das classes e suas lutas no país. Há, como sinaliza Demier (2019), um acelerado e controverso processo político, que não se descola da dimensão econômica em suas mediações nacionais e internacionais, e que, em termos objetivos, tem configurado uma verdadeira contrarreforma do Estado. Vivenciamos um cenário de completa destruição e, no horizonte burguês está, mais do que nunca, a necessidade de imunização às exigências populares, ou seja, a retirada das concessões materiais do capital ao trabalho, para que os níveis de lucratividade sejam potencializados.

Nosso objetivo neste ensaio é pensar, a partir desse contexto político e econômico, as tensões teóricas e os desafios postos ao Serviço Social brasileiro, tendo como questão particular a produção de conhecimento na área. Objetivamos, especificamente: 1) caracterizar a conjuntura brasileira e as particularidades assumidas pela profissão; 2) analisar algumas das recentes teses do Serviço Social que apontam polêmicas e conquistas atuais, enfatizando elementos comuns e as divergências configuradas sobre a produção de conhecimento no Serviço Social.

Através de pesquisa bibliográfica, sistematizada em matriz analítica de dados, daremos ênfase na síntese dessas teses principais: a tese de Mota (2013) que defende a consolidação do legado crítico profissional e reivindica o Serviço Social enquanto área de produção do conhecimento; a tese de Netto (2007; 2016) que faz referência à ameaça que a conjuntura econômica, política e social, apresenta à consolidação do projeto ético-político do Serviço Social; e, por fim, a tese de Simionatto (2005) que, abrindo uma polêmica sobre a relação teoria e prática profissional, aponta um possível distanciamento do que se tem produzido teoricamente sobre os processos macroestruturais da sociedade, bem como os fundamentos da profissão e as questões particulares à intervenção profissional propriamente dita.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nosso intuito é contribuir para a sistematização dos temas que perpassam o Serviço Social no tempo presente. Além disso, entendemos ser fundamental recuperar as interpretações que, mesmo apontando os limites, resgatam e fortalecem nosso legado enquanto profissão comprometida com a defesa da classe trabalhadora e de um projeto societário de transformação radical, cujo horizonte é a emancipação humana.

2. REALIDADE BRASILEIRA E AS TENDÊNCIAS EMERGENTES NO SERVIÇO SOCIAL

No Brasil, uma complexa conjuntura foi inaugurada desde o rompimento do pacto de classes que sustentou os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), cuja expressão maior foi o golpe parlamentar-jurídico-midiático que retirou Dilma Rousseff da Presidência da República, em 2016. Com a operacionalização do golpe, nesse momento político e econômico, foi configurado um amplo movimento de reestruturação do Estado brasileiro, aglutinando um conjunto de partidos e organizações vinculadas com um projeto político interessado na recomposição do conservadorismo para fortalecer um programa de ataques aos direitos historicamente conquistados.

Os processos sociais e econômicos desencadeados desde o golpe de 2016 foram pautados por um projeto de dominação de classe que reformula os mecanismos de construção do consenso e amplia o aparelho coercitivo do Estado capitalista brasileiro. Esse projeto, cuja composição mantém “anticomunistas renitentes, nostálgicos da ditadura militar, alguns fundamentalistas religiosos e uns poucos liberais econômicos extremistas” (MIGUEL, 2018, p. 18), culminou na eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República, em 2018, aprofundando as pautas antidemocráticas e as reformas responsáveis pelo aumento do desemprego, da informalidade e o aprofundamento da pauperização absoluta no país.

Na sua abordagem sobre o Estado no Brasil nesse período, Demier (2019) argumenta que a dominação burguesa tem solapado a dimensão da cidadania e revelado sua natureza contrarreformista e antidemocrática. Porém, ainda que se fundamente intensificando a coerção, não deixa de ser uma dominação de tipo hegemônica e que, portanto, mantém as estratégias de construção do consenso, mesmo que com outras faces.

O que acontece, no que chama de “democracia blindada”, é que *pari passu* ao aumento de medidas antipopulares, ocorre a difusão da ideologia dominante que justifica a tomada destas medidas como único caminho possível para “solucionar” os problemas do país em crise. Os grandes grupos midiáticos assumem centralidade na construção desse consenso e executam “uma função interna basilar do regime” (DEMIER, 2019, p. 31), e não mais apenas uma função complementar, “externa”, limitada a apoiar/referendar os mecanismos de dominação vigentes.

A grande mídia funciona, assim, como um dos sujeitos que engendra esses mecanismos e cria os sentidos que legitimam o padrão contrarreformista. Buscam difundir uma “pedagogia da hegemonia” (MATTOS, 2018) que transmite aos subalternos os valores adaptados a uma ordem capitalista que tem ampliado a expropriação e a exploração dos trabalhadores, sob o argumento de uma “cultura da crise” (MOTA, 1995).

Nesse sentido, a morfologia da sociedade brasileira atual pode ser definida a partir da difusão da flexibilização como central nas relações trabalhistas; criminalização da pobreza; a negação da política, a contestação das formas de organização coletiva da classe trabalhadora; ao mesmo tempo em que temos uma reatualização do conservadorismo, principalmente com o crescimento de grupos fundamentalistas religiosos no Estado, a exemplo dos Ministros do governo Bolsonaro que integraram a “coalização cristã neoconservadora” (BIROLLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 104-105), que serve de sustentação da base ideológica desse projeto.

Conforme apontamos, são inúmeros os efeitos dessa lógica severa do capital em nível mundial e na particularidade brasileira. No campo da formação e da produção acadêmica, que já vinha sendo tomada amplamente pelo capital com a expansão dos cursos privados nas modalidades presenciais e à distância, há o avanço da retórica do desprivilegiamento de estudos teóricos sólidos e de evidências científicas, principalmente àquelas que trazem uma leitura crítica acerca dessa realidade social.

A educação torna-se uma das principais mercadorias garantidoras de lucratividade capitalista. No ensino superior, aceleram-se os processos de formação profissional, com foco prioritário no ensino, negligenciando a pesquisa e a extensão, principalmente em decorrência do crescimento célere de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, com o incentivo e legitimidade do Estado; da adoção de Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) como parte constitutiva, ou protagonista, do processo de ensino-aprendizagem adotado pelas IES públicas e privadas. Aliam-se a esse fenômeno, a superexploração e precarização do trabalho



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

docente, a seletividade, discriminação e rebaixamento do ensino destinado à classe trabalhadora e a consequente recomposição da hegemonia da classe dominante.

“Ensino precário para vidas precárias”, este é o lema defendido pelo capitalismo atual no que corresponde à formação profissional. Este contexto impacta veementemente o Serviço Social que, ao longo de sua trajetória histórica, tem construído um projeto profissional radicalmente contrário à hegemonia dominante, apoiado, sobretudo, em valores e princípios humanistas.

A profissão não passa ilesa das marcas desse tempo histórico e das tendências conjunturais mais gerais que destacamos acima. A “cultura profissional” (MOTA E RODRIGUES, 2020) que possibilitou a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social é impactada pelo caldo ideológico conservador reavivado no país nos últimos anos.

A conjuntura vigente nos finais da década de 1970 legou as condições para a insurgência e renovação crítica do Serviço Social, sob a batuta da organicidade com as necessidades das classes trabalhadoras, mediadas pela luta social e pelo projeto de radicalização da democracia. Em direção inversa, presencia-se a emergência de uma cultura regressiva da crise, especialmente após as eleições de 2018, abastecida ideológica e programaticamente pelo ultraconservadorismo e reacionarismo, cujo objetivo é passivizar as classes trabalhadoras, pavimentando as condições para um brutal retrocesso das práticas sociais (MOTA E RODRIGUES, 2020, p. 205-206).

As perspectivas regressivas e reacionárias questionam e buscam colapsar a direção social crítica da profissão, sobretudo, atacando as suas entidades representativas (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) e os eventos acadêmicos e políticos promovidos. Como apontam Mota e Rodrigues (2020), tais perspectivas são organizadas e defendem publicamente ideias reacionárias, pragmáticas e negam as bases teóricas críticas da profissão, acusando-as, de forma vazia, de serem responsáveis pelo “doutrinação marxista” de Assistentes Sociais.

Essa vertente reafirma uma ideia de que o Serviço Social estaria servindo de campo de doutrinação ideológica partidária de esquerda e que esse padrão ideológico deveria ser substituído por uma dada “neutralidade” para sustentar a prática profissional. Além disso - ancorada na negação da ciência e na defesa do pragmatismo -, tende ao retorno de um “Serviço Social anti-intelectual” e de um discurso que valoriza a empiria e tenta conformar uma “racionalidade instrumental na profissão” (MOTA E RODRIGUES, 2020).

Cria-se uma oposição entre teoria e prática e assenta-se na tecnificação do Serviço Social. Neste ambiente, privilegia-se o “como fazer”, através de elaborações de “manuais” pré-determinados, que indica o retorno ao metodologismo da ação profissional, baseado no senso comum e em experiências pessoais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No entanto, mesmo sendo confrontado por tendências conservadoras, o legado intelectual crítico construído nas últimas décadas tem sido defendido com afinco pelos pesquisadores(as) críticos(as) da área. As discussões propostas por esses sujeitos e seus grupos de pesquisa, com divergências e convergências, reavivam a história da profissão e as mudanças que surgem nos dias de hoje, como trataremos a seguir.

3. TESES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO PROFISSÃO E ÁREA DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Nesse tópico, realizamos uma análise acerca do Serviço Social contemporâneo, particularmente considerando as discussões que surgem a partir das diferentes interpretações sobre a profissão e seus rumos diante da conjuntura atual, sendo fundamental entender as reconstruções teóricas feitas e como estas incidem na construção do presente e do futuro da categoria profissional.

Tendo em vista a permanente construção crítica da profissão, cabe destacar que existem divergências nas discussões sobre as questões que perpassam o Serviço Social e sua produção acadêmica. Essas diferenças expressam as disputas teóricas – mesmo que sejam dentro da própria perspectiva hegemônica, o marxismo -, e as movimentações dentro de uma profissão cuja história não é um momento conclusivo e fixo.

Sobre a história recente do Serviço Social, um questionamento particular tem suscitado um conjunto de estudos: no contexto atual, a pesquisa e a produção do conhecimento têm tido um “espaço privilegiado” em detrimento do adensamento da dimensão diretamente interventiva da profissão? A busca por uma resposta a essa pergunta é a base para a construção das reflexões desenvolvidas nesse estudo.

Alguns teóricos, a exemplo de Netto (2016), defendem que estamos diante de uma “atrofia abrangente” no âmbito da reconstrução analítica do Serviço Social no Brasil. Contudo, queremos nesse trabalho evidenciar que, no tempo presente, a produção teórica acerca da profissão tem sido consolidada, mesmo com muitos desafios, e as novas formulações conformam um movimento de avanço na interpretação crítica, com direção social, do Serviço Social.

No debate sobre a formação e atuação profissional, como também acerca da consolidação do projeto profissional nos tempos atuais, Netto (2007) já sinalizava que estamos vivenciando uma realidade diferente do contexto econômico, político e social em que se consolidaram as bases para a construção e estruturação básica do que ficou conhecido pela categoria profissional como Projeto Ético-Político. Em sua tese, o autor ressalta um aspecto que relaciona às bases teóricas, políticas e institucionais necessárias à prática profissional e as tensões em razão das investidas neoliberais no viés da mercantilização do ensino superior, estas que rebatem diretamente na formação profissional e, por conseguinte, no exercício da profissão. Para o autor, essa tensão, portanto, constitui um elemento que dificulta a consolidação do projeto ético-político profissional (NETTO, 2007).

Em publicação no ano de 2016, Netto retoma sua tese que apreende esses tensionamentos com os quais o Serviço Social tem se confrontado nos anos recentes. Nesse estudo, particularmente, entendemos que é importante ressaltar o debate incorporado sobre a necessidade de construção de “uma nova história para o Serviço Social” (NETTO, 2016) que, nesse contexto adverso, se coloca enquanto uma tarefa que exige um esforço coletivo, trabalho em equipe, a fim de construir memórias que preservem a “direção social da profissão”, no campo acadêmico e no campo político-profissional. No âmbito da produção intelectual da profissão, o autor defende uma

indiscutível necessidade de aprofundar o conhecimento do passado da profissão e de recuperá-lo nos seus momentos mais próximos e mesmo contemporâneos (o processo vivido por ela no último quartel do século XX e na primeira década do século XXI). Mas é preciso assinalar que a história nova se vê exigida, nos dias atuais, pela urgência de, sobre novas bases, revisar/consolidar (ou negar/reverter) a direção social que ganhou força e larga ponderação no universo profissional nas duas últimas décadas do século XX (NETTO, 2016, p. 61).

O autor, como já retratamos, reivindicando essa “nova história”, escreve que estamos frente à atrofia, sobretudo, das histórias abrangentes, que incidem na construção do presente e do futuro da profissão. Essa tendência, parte fundamental de sua formulação, reforça a necessidade de ampliar a análise acerca dos rebatimentos econômicos, sociais e ideopolíticos próprios dessa conjuntura e, somado a isso, a construção de reflexões da incidência na profissão.

No campo dessas formulações recentes sobre a produção do conhecimento no Serviço Social, também apresentamos a tese de Simionatto (2005). A autora foi uma das pesquisadoras que desenvolveu o estado da arte dessa temática, abordando os avanços obtidos na organização



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e sistematização do conhecimento nos diferentes períodos históricos. Simionatto defende uma tese polêmica, isto porque levanta a hipótese de que, embora tenha avançado na construção de um *corpus teórico que lhe confere legitimidade enquanto área de conhecimento* – através do considerável fortalecimento da produção coletiva na graduação e na pós-graduação -, o Serviço Social tem dificuldades persistentes para realizar uma mediação entre os temas macroestruturais e aqueles temas particulares à profissão.

Conforme Simionatto (2005), os desafios postos ao Serviço Social se relacionam com a complexidade de produzir conhecimento, dada a expansão do uso de novas tecnologias. Se em 2005, ano de escrita do texto, já se afirmava o impacto profundo da revolução informacional para a ciência, hoje – mais de uma década depois -, vimos que essa tendência foi aprofundada. A disseminação ampliada de conteúdos nas redes sociais, não garantiu, por si só, que rompêssemos com o obscurantismo conservador e avançássemos na interpretação crítica da realidade. Pelo contrário, ao passo em que foram expandidas as informações via redes sociais, foi expandido um conjunto de notícias que visam falsear dados e fatos.

O Serviço Social, com suas produções de uma forma geral, vem se constituindo como uma área de resistência à banalização do conhecimento e tem buscado uma renovação constante de seus recursos teóricos e práticos. Ao romper com as bases tradicionalistas ao longo de sua história, a profissão buscou forjar uma produção teórico-crítica capaz de sustentar seu novo projeto profissional e recriar, segundo Simionatto (2005, p. 54), “nossa capacidade de análise, de interpretação e de intervenção no real”.

Intensifica-se, especialmente na academia, a formação de núcleos e grupos de pesquisa aglutinados em torno de grandes eixos temáticos e linhas de pesquisa, com temas sobre: a reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho, as novas configurações do Estado e da sociedade civil, processo de trabalho e Serviço Social, temáticas resultantes das diretrizes curriculares aprovadas em 1996, o aprofundamento de investigações sobre a “questão social”, avaliações sobre as políticas sociais no eixo da Seguridade, especialmente as de saúde e assistência, a retomada das pesquisas sobre a previdência social e o retrocesso dos direitos sociais, agravado pelo desmonte da esfera pública e, ainda, questões como defesa dos direitos humanos, violência, cidadania, cultura, gênero, identidade e práticas sociais, com destaque para produções relativas às formas participativas de controle social, à questão agrária e à questão urbana, ao crescimento da pobreza, à crise dos padrões de proteção social, aos novos eixos das políticas sociais públicas e privadas (SIMIONATTO, 2005, p. 56).

Os/as pesquisadores/as da área, em especial aqueles/aquelas vinculados/as ao marxismo, tem reafirmado um compromisso com a organização e sistematização do conhecimento, elaborando estudos que não se restringem aos fundamentos do Serviço Social e, mais do que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

isso, reafirmado posições que vão no sentido contrário do irracionalismo e do relativismo pós-moderno que tem ganhado espaço nas ciências sociais. O avanço desses estudos colocou o Serviço Social em outro patamar no trato teórico, histórico e metodológico dos processos sociais contemporâneos e de suas particularidades. Outrossim, permitiu um aprimoramento da compreensão dos fenômenos à luz de um contexto de relações sociais amplo e complexo.

Contudo, após reconhecer esses avanços, Simionatto (2005) disserta sobre o limite das produções do Serviço Social. Sua tese aponta a existência de uma lacuna entre a produção dos grupos de pesquisa e as exigências da intervenção profissional. Afirma: “ainda existem dificuldades na mediação com situações particulares à profissão” (SIMIONATTO, 2005, p. 57).

A pesquisadora entende que o Serviço Social se caracteriza pela sua dimensão interventiva e a produção do conhecimento deve ter como objetivo tornar o fazer profissional mais competente e qualificado. Contudo, defende que, em termos objetivos, existe um descolamento do estudo dos objetos reais da profissão para o movimento mais geral da sociedade. Afirma, assim, que os conhecimentos construídos no plano macroestrutural têm perdido a relação com a profissão e a intervenção e enfrentar essa questão é um dos desafios postos (SIMIONATTO, 2005).

Em nossa perspectiva, contudo, os temas macroestruturais dão as bases teóricas para que possamos compreender os processos sociais e suas contradições em uma perspectiva de totalidade. A nosso ver, não existe, uma história do Serviço Social isolada das questões emergentes na realidade social. Por isso, é inegável que o acúmulo acerca dos outros temas corrobora com a formulação de mediações que perpassam os dilemas cotidianos da prática profissional. Não é negativo estarmos, hoje, também trilhando os rumos dos estudos que visam analisar e problematizar as determinações mais gerais da sociedade, atraindo para a área diversos pesquisadores de outros campos que têm interesse nos debates feitos e na perspectiva teórico-política hegemônica, por exemplo, nos programas de pós-graduação em Serviço Social.

Os/as Assistentes Sociais atuam cotidianamente na formulação e execução de políticas sociais, lidam com a situação de vida e trabalho da classe trabalhadora e são também parte dessa classe, tem sua atuação profundamente impactada pelas mudanças nas configurações do Estado e na forma como os direitos são efetivados e/ou desmontados. Esses são apenas alguns exemplos para questionarmos se seria possível pensar a profissão, seus fundamentos e sua história, desvinculada das questões macroestruturais. Adensar a produção sobre esses temas é

uma contribuição para a construção de uma prática profissional não pragmática e focada apenas na “resolução” isolada das demandas do exercício dos/das Assistentes Sociais.

Por sua vez, a tese defendida por Mota (2013), é uma importante chave-interpretativa sobre essa polêmica levantada acerca do Serviço Social e suas questões contemporâneas. A autora aponta que para o trato analítico da profissão é necessário considerar duas dimensões do Serviço Social brasileiro: 1) profissão; 2) área de produção do conhecimento. Portanto, diferentemente de uma separação entre produção do conhecimento e a intervenção profissional de Assistentes Sociais, existe uma unidade entre o âmbito da produção intelectual e o da ação prático-operativa. Esta unidade, contudo, não significa uma relação de identidade, pois, de acordo com Mota (2013), há uma distinção entre as especificidades dessas esferas.

O central de sua argumentação é que o Serviço Social é uma área de produção do conhecimento, principalmente por sua dimensão intelectual. Nesse sentido, conforme a caracterização da pesquisadora, “supera os imperativos imediatos da intervenção, contribuindo para a construção de uma massa crítica, donde o seu papel intelectual na formação de uma cultura teórica e política se contrapõe à hegemonia dominante” (MOTA, 2013, p. 17).

Reafirmando o protagonismo do Serviço Social brasileiro e a relevância de suas formulações intelectuais, foi feita uma crítica à perspectiva que defende existir um viés politicista nas produções e que este não dá conta da instrumentalização da prática profissional. Na crítica construída pela autora, é afirmado ser incontestável que o Serviço Social brasileiro como profissão e área de conhecimento se diferencia a nível mundial, uma vez que a tendência dos outros países é a prevalência de produções voltadas para a sistematização e relatos de experiências com foco unicamente na prática, até mesmo ainda com viés clínico e terapêutico.

Defendemos que não existe uma primazia do exercício profissional, ou seja, da dimensão interventiva em detrimento do estatuto intelectual e teórico da profissão. E nem o movimento contrário, cuja primazia seria da teoria em detrimento da prática.

Essas dimensões possuem vínculos e se referem à realidade objetiva, porém encerram distinções: enquanto a produção teórico-intelectiva pode não materializar respostas imediatas às demandas da prática profissional, o exercício profissional, também ele referenciado por aquela produção, mobiliza outras mediações e instrumentalizações que são inerentes ao mundo cotidiano, das ações institucionais e das condições objetivas sob as quais se dá a efetivação de políticas e projetos sociais. Nesse sentido, não há nenhuma hierarquia ou dicotomia, mas a existência de patamares diferenciados da intervenção social do Serviço Social (MOTA, 2013, p. 19).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Compartilhamos dessa interpretação, entendendo que a produção teórico-intelectiva não pode ter como objetivo único materializar respostas imediatas às demandas da prática profissional – como os defensores da tecnificação acreditam que deve ser. Ademais, nossa reflexão é de que sem o adensamento da dimensão teórica, não seria possível uma prática qualificada, respaldada no entendimento crítico do real.

Configura-se como um erro profundo, no contexto de espraiamento de tendências que negam a razão e buscam desqualificar a ciência, as universidades e os(as) pesquisadores(as), creditar valor exclusivamente ao conhecimento restrito a aplicação imediata às ações profissionais. Devemos levar em conta que o pensamento dominante tenta, diariamente, vender a ideia de que a universidade deve unicamente profissionalizar pessoas para servir às demandas do mercado capitalista, bem como difunde a ideia de que a ciência deve responder aos anseios desse mercado. A construção de projetos como o “Future-se” do governo Bolsonaro é a materialização dessa tendência.

Nesse sentido, ao campo progressista cabe a defesa intransigente da ciência e do pensamento crítico. No Serviço Social, em particular, é necessária a compreensão de que:

Da teoria pode-se cobrar o desvelamento do real, que transformado num real pensado, permite, mediante aproximações sucessivas, desvelar a aparência dos fenômenos pela apreensão de categorias que deem inteligibilidade à realidade desde uma perspectiva de totalidade (produção e reprodução social), com uma visão histórica e de crítica radical (aos modos de ser e viver em sociedade). E, neste caso, o que é singular se particulariza através de uma operação intelectual que o vincula, através de mediações, às leis gerais e universais que regem uma determinada realidade, historicamente desenvolvida, oferecendo aportes para compreender e transformar a realidade (MOTA, 2013, p. 19).

A autora afirma que a tensão existente não é entre teoria e prática, mas sim entre teoria crítica e prática reiterativa (MOTA, 2013). Por esse motivo, o reconhecimento do Serviço Social também como área de produção do conhecimento é importante para evidenciar as contradições do discurso que desqualifica as pesquisas sobre processos macroestruturais. Estes, como já destacamos, possibilitam uma interpretação do real que leva em conta a totalidade dos processos sociais e rompem com a perspectiva pragmática acerca do exercício profissional que, conforme sinalizamos, tem ganhado força no Brasil contemporâneo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A síntese dessa reflexão nos leva ao momento atual brasileiro e às questões que surgem no âmbito do Serviço Social. Como vimos, com a sua configuração “blindada”, o Estado capitalista é fechado não só às pautas ditas reformistas, mas também às próprias pressões populares que reivindicam a manutenção e ampliação dos direitos sociais. Somado a isso, assiste-se a um aumento assustador das concepções fundamentalistas e do fanatismo religioso que impera formas autoritárias de convívio social. Alimenta-se o ódio, as discriminações contra mulheres, negros/as, população LGBTQIA+, aos indígenas e quilombolas, além do rechaço ao pensamento crítico e questionador da ordem social. É, portanto, um momento em que os princípios democráticos são renegados em prol do pensamento único que se impõe na base da violência.

Tal contexto repercute diretamente no Serviço Social, profissão que em meados da década de 1980 adota a perspectiva teórico-crítica e formula seus princípios ético-políticos em prol dos direitos humanos, contra a tortura, a discriminação, a favor da democracia e de uma atuação profissional comprometida, pautada na compreensão da realidade em sua totalidade social.

Dessa forma, na medida em vivenciamos o aniquilamento dos direitos sociais, a negação da ciência e do pensamento crítico em prol do senso comum, do metodologismo e do imediatismo da atuação profissional, vive-se o risco da retomada do tradicionalismo e conservadorismo que por muito tempo hegemonizou e empobreceu a profissão.

Contudo, esse processo não ocorre sem resistências. O caminho que nos levou ao Serviço Social crítico ainda se encontra em permanente disputa e construção. Um conjunto de pesquisadores(as) e intelectuais tem avançado na sistematização crítica das questões que perpassam a profissão. Destacamos nesse trabalho, particularmente, as contribuições de Netto, Simionatto e Mota sobre o Serviço Social e a produção do conhecimento da área. Nosso estudo revelou que existem divergências nas discussões e, na nossa compreensão, as teses, ainda que sejam do mesmo campo teórico, expressam determinados tensionamentos.

Netto aborda que as transformações realizadas em favor do capital, com base na ideologia neoliberal, têm apresentado uma série de ameaças à efetivação do projeto ético-político profissional do Serviço Social, principalmente em razão dos acelerados processos de mercantilização da educação, com apoio assíduo do Estado, possibilitando mudanças no processo de ensino-aprendizagem nas IES pelo país.

Essas mudanças repercutiram na formação profissional à medida que alteraram completamente o processo educacional superior, por exemplo com a ampliação das instituições

privadas, repercutindo na consolidação de uma heterogeneidade ainda mais complexa, constituinte das bases da categoria profissional.

Mesmo diante do avanço inegável da produção intelectual do Serviço Social, Netto defende que se faz necessário construir uma “nova história para o Serviço Social”, no sentido de resgatar as memórias da profissão em seus mais de 80 anos de atuação no país, a fim de fortalecer e disseminar referências que fortaleçam a categoria e suas entidades. O autor destaca ser imprescindível oportunizar reflexões sobre o presente e os rumos da profissão diante os ataques ao projeto profissional hegemônico, buscando romper o que chama de processo de “atrofia” da produção teórica sobre os rumos da profissão nos anos recentes.

Mota, por sua vez, reivindica o legado da profissão e afirma que este tem contribuído para formação de uma massa crítica no campo da esquerda no Brasil. Além disso, afirma que o Serviço Social se consolidou como profissão e área de produção do conhecimento, principalmente por ter, nos últimos anos, avançado no trato teórico de temas diversos e por ter atraído pesquisadores de outras áreas interessados nas discussões e na perspectiva hegemônica dos programas de pós-graduação.

Já Simionatto, mesmo reconhecendo também esse avanço intelectual do Serviço Social e não chegando a apontar a existência do que Netto chama de uma “atrofia” na produção sobre a história da profissão, defende que existe um distanciamento entre os estudos voltados para questões macroestruturais e os estudos voltados para temas diretamente vinculados aos fundamentos e a intervenção profissional. Contudo, é importante pontuar que debatemos um texto publicado em 2005, mas a autora recupera essa discussão em texto publicado em 2018. Em ambos os textos, sustenta que o marxismo impulsionou a ampliação de temáticas vinculadas, de forma direta ou indireta, ao Serviço Social e formou uma nova geração de intelectuais, porém ainda existe uma dificuldade de mediar esses temas com o trabalho cotidiano dos(as) Assistentes Sociais. Cabe salientar também que Simionatto (2018) incorpora uma ponderação acerca de uma compreensão mecânica da relação teoria e prática, como Mota alertou em sua tese. Ao citar Mota (2013) no texto publicado em 2018, Simionatto argumenta – e isso foi uma inflexão fundamental – que o Serviço Social não se explica sem as mediações com a realidade social e que é preciso retomar o elo entre os projetos profissionais e os projetos societários.

À guisa de conclusão, refletimos que as teses estudadas convergem no que tange ao reconhecimento do Serviço Social enquanto área que produz conhecimento, sobretudo considerando o avanço no estudo crítico dos processos sociais. No entanto, as divergências e, por



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

consequência, as disputas na interpretação dos rumos da profissão, são evidenciadas no que concerne a ênfase das pesquisas construídas, sejam os estudos sobre os fundamentos do Serviço Social, dos processos macroestruturais e das questões relativas ao exercício profissional.

No tempo atual, precisamos defender a intervenção qualificada de Assistentes Sociais e, para isso, não se exige manuais de instruções sobre o que aplicar na prática, mas sim o adensamento da capacidade analítica dos processos presentes na realidade social. Nesse sentido, se torna necessário levar em conta a perspectiva de totalidade basilar do método marxista, construindo as mediações para captar as particularidades dos fenômenos singulares que se apresentam nos espaços de trabalho das/dos profissionais e tendo como horizonte também o pensar a profissão e suas transformações na história.

Diante do irracionalismo, do conservadorismo e do acirramento do neoliberalismo, continuar resistindo é uma alternativa necessária e urgente. Defender os direitos sociais, a ciência e o Serviço Social crítico herdeiro do Congresso da Virada, está na agenda do dia das lutas de nosso tempo e da profissão. Essa defesa, sem dúvida, nos coloca no campo da resistência na defesa da classe trabalhadora diante da barbárie do capital e no enfrentamento às expressões da “questão social”, até que a emancipação humana seja realidade.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN. *ANDES-SN apresenta: 20 motivos para rejeitar o Future-se. 2019*. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aANDES-sN-apresenta-20-motivos-para-rEJEITAR-o-future-se1>>. Acesso em: 20/11/2020.

BIROLI, Flavia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, M. D. C. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020

DEMIER, Felipe. *Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

DEMIER, Felipe. *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IASI, Mauro. O espírito do tempo de um tempo carente de espírito. In: BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio; STEINER, Rosa Helena; TEIXEIRA, Sandra. *Que política social para qual emancipação?* Brasília: Abaré Editorial, 2018, p. 11-30.

MATTOS, Marcelo Badaró. Algumas observações sobre o Estado burguês e a democracia realmente existente no Brasil contemporâneo. In: BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio; STEINER, Rosa Helena; TEIXEIRA, Sandra. *Que política social para qual emancipação?* Brasília: Abaré Editorial, 2018, p. 67-95.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: MIGUEL, L. F (ORG.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil – 1 ed. –* São Paulo: Boitempo, 2018

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social nos anos 80 e 90.* São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. In: *Revista Katálysis*, v. 16. Florianópolis: UFSC, 2013, p. 17-27.

MOTA, Ana Elizabete. Significado dos direitos e da política social na atual conjuntura brasileira. In: BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio; STEINER, Rosa Helena; TEIXEIRA, Sandra. *Que política social para qual emancipação?* Brasília: Abaré Editorial, 2018, p. 223-234.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. In: *Revista Katálysis*. Florianópolis: UFSC, 2020, p. 199-212.

NETTO, José Paulo. Das ameaças à crise. In: *Revista Inscrita*, n. 10, 2007.

NETTO, José Paulo. Para uma nova história do Serviço Social. In: OLIVEIRA, Maria Liduína de (Org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistência e ruptura com o conservadorismo.* São Paulo: Cortez, 2016.

SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzina M. B.; MOLJO, Carina B; SERPA, Moema; SILVA, J. F. S. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.* Campinas: Papel Social, 2018, p. 85-112.

SIMIONATTO, Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. In: *Revista Temporalis*, ano 5, n 9. Brasília: ABEPSS, 2005, p. 51-62.